



# Boletim do Judiciário Federal

Sexta-feira, 10/03/2017-nº1395

## PARE DIA 15 PARA BARRAR REFORMA QUE AUMENTA TEMPO DE TRABALHO

A proposta de reforma da Previdência está correndo na Câmara dos Deputados e deve ser apreciada em primeiro turno ainda em março. A nossa mobilização tem que crescer para barrar a destruição da aposentadoria dos atuais e futuros servidores.

Para isso, em Assembleia na quarta-feira, 8, foi aprovada paralisação no dia 15 de março, acompanhando indicativo nacional de várias categorias.

Na Justiça do Trabalho, haverá Ato às 15 horas no prédio das Varas do Trabalho (avenida Beira-mar Norte). Na Justiça Federal, as atividades serão durante toda a tarde com a participação de colegas do Ministério Público Federal.

### Que déficit?

Temos que nos unir e aumentar a pressão sobre o governo Temer (PMDB) e o Congresso Nacional, caso contrário pagaremos caro por um suposto déficit da Previdência que até agora não foi mostrado e provado.

O relator da reforma da Previdência na Câmara, o deputado Arthur Maia (PPS-BA), disse em entrevista que "aposentadoria é subsistência", e que "quem quiser ter uma vida melhor" que "faça outro tipo de



pensão". Mas pouco falou sobre o impacto das desonerações fiscais no alegado déficit da Previdência, que alcançou o patamar de 151,9 bilhões de reais em 2016, e dos 426 bilhões de reais que deixaram de ser repassado por empresas públicas e privadas ao governo.

### Banquetes de convencimento

Outro comentário do tipo partiu do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em evento em Brasília, ele declarou que juízes do trabalho tomam decisões "irresponsáveis", que quebraram bares, restaurantes e hotéis no Rio de Janeiro, e que a Justiça do Trabalho "não deveria nem existir".

## AGENDA DE LUTA

- Ato às 15 horas no prédio das VTs (av. Beira-mar Norte)
- Atividades à tarde na sede da JF (av. Beira-mar Norte)



tir". Maia esteve no banquete que Temer ofereceu para agradar a base aliada e buscar a aprovação da reforma da Previdência. Em reunião na Comissão Especial que está discutindo as novas regras de aposentadoria para servidores públicos previstas na proposta, Luiz Alberto dos Santos, consultor do Senado Federal, afirmou que a reforma da Previdência rompe "expectativas legítimas de direito" dos servidores públicos, e que as novas regras vão atingir fortemente 66% dos servidores da União que não entrarão nas regras de transição.

Por tudo isso temos que aumentar a pressão para defender nossa aposentadoria. Pare dia 15 e converse com seus colegas para que eles parem também. Como já mostraram mobilizações pelos PCSs, juntos podemos!

Assembleia na Justiça Federal com colegas do MPU



Vicente Machado Pereira, aposentado do TRT-SC, marcou presença na Assembleia no Tribunal

## Governo tem dificuldades para convencer parlamentares de Comissão

O jornal *Folha de S. Paulo* divulgou levantamento que demonstra grandes dificuldades para que o governo aprove sua proposta de reforma da Previdência na comissão especial criada na Câmara dos Deputados para debater o tema. Ao jornal, apenas um dos 36 integrantes da comissão disse ser favorável à aprovação na íntegra da proposta - um dos integrantes não respondeu, e os outros 34 disseram-se a favor de alterações.

Temer e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, assumiram a negociação com a Câmara dos Deputados, na caça aos votos para aprovação das reformas trabalhista e previdenciária. Além de exigir a manutenção da idade mínima de 65 anos, o governo cobra a fidelidade da base e as benesses distribuídas. Deputado que votar contra a PEC 287

perderá cargos que tenha no Executivo. Outra ordem é para que os partidos troquem os rebeldes na Comissão Especial da reforma da Previdência. O Planalto deixa claro, assim, que não existe espaço para discursos pró-flexibilização no debate das reformas e que não está disposto a perder ou recuar um milímetro nos ataques aos trabalhadores. Se ele ganhar, quem perde é o trabalhador.

De todo o modo, o levantamento corrobora o que vem sendo apontado por diversas entidades sindicais e movimentos populares: é possível barrar a reforma. O que se vê é um governo crescentemente desgastado. Da parte dos trabalhadores, porém, as mobilizações estão crescendo, e neste dia 15 precisamos mais uma vez mostrar nossa força e capacidade de organização.